

ESTUDO DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO CRÉDITO RURAL NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU-PR

Janete Stoffel

Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Docente no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Laranjeiras do Sul. E-mail: janete.stoffel@uffs.edu.br

Wilian Luiz Kraemer

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Laranjeiras do Sul. E-mail: wilian.kraemer@hotmail.com

Antonio Maria da Silva Carpes

Mestrado em Contabilidade pela Unisinos. Docente no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Laranjeiras do Sul. E-mail: carpes.antonio@gmail.com

Paulo Alexandre Nunes

Mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Docente no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Laranjeiras do Sul. E-mail: paulo.nunes@uffs.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de verificar os efeitos socioeconômicos, no território Cantuquiriguaçu-PR, resultantes dos recursos disponibilizados pelo Crédito Rural, destinados ao financiamento de produtores rurais e cooperativas no período 2000 e 2010. O Território Cantuquiriguaçu-PR é composto por 20 municípios e tem como setor predominante o agropecuário. O estudo classifica-se como descritivo e documental, pois terá o objetivo de descrever os resultados decorrentes das relações entre uma série de variáveis coletadas em documentos públicos e privados, divulgados em sites eletrônicos. Para realizar esse estudo sobre a política pública do Estado foram utilizadas ferramentas estatísticas (correlação e regressão) com o objetivo de verificar os efeitos do Crédito Rural sobre uma série de indicadores socioeconômicos, divididos em três dimensões: a produtiva, a social e a tributária. O estudo confirmou a hipótese formulada, de que o Crédito Rural proporciona efeitos positivos sobre a maioria das variáveis analisadas no território Cantuquiriguaçu.

Palavras-chave: Crédito Rural. Indicadores Socioeconômicos. Território Cantuquiriguaçu.

ABSTRACT

This study aims to verify the socioeconomic effects in the territory Cantuquiriguaçu-PR resulting from the resources provided by the Rural Credit, used to finance farmers and cooperatives in the period 2000 to 2010. Territory Cantuquiriguaçu - PR is composed of 20 municipalities and is the predominant agricultural sector. The study was classified as descriptive and documentary because his goal was to describe the results arising from relationships between a number of variables collected in public and private documents, disclosed in their websites. To perform this study on the public policy of the state statistical tools (correlation and regression) in order to verify the effects of the Rural Credit on a number of socioeconomic indicators, divided into three dimensions were used: Productive, social and tax. The study confirmed the hypothesis formulated, that the Farm Credit provides positive effects on most of the variables analyzed in the territory Cantuquiriguaçu.

Keywords: Rural Credit. Socioeconomic Indicators. Territory Cantuquiriguaçu.

1 INTRODUÇÃO

O contexto da agricultura brasileira da década de 1980 até meados de 1990 apresentou um cenário macroeconômico de muitas dificuldades, apesar do crescimento produtivo ocorrido. Acontecimentos como a desregulamentação dos mercados, abertura comercial, formação dos blocos econômicos e controle do déficit público, provocaram uma inversão dos indicadores setoriais, resultando em poucos investimentos, baixo volume de crédito, aumento no estoque de dívidas e elevada taxa de inadimplência no financiamento agrícola. O resultado foi um desabastecimento interno nos anos de 1989/1990 (BARBOSA; COUTO, 2008).

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada-ESALQ/USP (2013), no ano de 2011, o agronegócio representou 22,15% do total do PIB brasileiro, sendo 15,42% alcançado pela agricultura e 6,73% pela pecuária. No ano de 2012 o agronegócio brasileiro apresentou uma pequena queda de 1,89%, porém o segmento primário terminou 2012 praticamente sem alteração, com uma taxa de 0,03% de crescimento. Já no ano de 2013, o agronegócio avançou 3,92%, resultado impulsionado principalmente pelo segmento primário e de insumos, que cresceram 7,69% e 3,25% respectivamente (ESALQ/USP, 2013).

Wagner *et al.* (2010) apresenta algumas diferenças do setor agropecuário em relação a outros setores produtivos. Este é um setor que trabalha com uma produção viva (animal e/ou vegetal), tornando a atividade dependente de ciclos biológicos, fazendo com que esse processo tenha uma sequência de etapas que não podem ser mudadas. Por esse motivo é uma atividade que está muito exposta ao risco, como pragas, doenças, intemperes climáticas, etc., e muitas vezes esses riscos são de difícil ou de nenhum controle.

Em relação ao controle sobre as condições externas, Lima (2011) destaca que nas atividades agropecuárias é inerente a imprevisibilidade das mudanças nas condições naturais de produção. Excesso de chuvas, enchentes, seca, pragas quando ocorrem, são fenômenos que impactam e tem efeitos diretos sobre a produção. Esse é um dos argumentos a partir dos quais se defende que a agricultura seja um setor com necessidades de auxílio do Estado, seja pelos riscos que a atividade assume ou pela importância da produção para o país. Um destes instrumentos de auxílio é o Crédito Rural por meio do qual o Estado intervém na agricultura de forma a minimizar o risco financiando a produção.

O Crédito Rural, enquanto política pública do Estado oportuniza aos agricultores produzir mais e melhor, custeando suas atividades e conseqüentemente propiciando uma melhora em seus processos produtivos e possibilitando auferir melhor renda. Conseqüentemente, alavanca as economias locais propiciando melhorias em seus indicadores tais como no Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), arrecadação tributária e emprego.

Em locais com baixo desenvolvimento e crescimento econômico o Crédito Rural torna-se um instrumento importante, principalmente quando a economia é essencialmente agrícola, com ênfase na produção de grãos, como é o caso do Território Cantuquiriguaçu-PR (CONDETEC, 2011). Capobiango *et al.* (2012, p. 632) destaca que “a disponibilização de recursos para a atividade produtiva assume o papel de promover o desenvolvimento social e redutor de pobreza”. A região do Território Cantuquiriguaçu-PR é composta por 20 municípios, em que 46 % do total da sua população reside no meio rural, sendo a grande maioria agricultores familiares que produzem uma diversidade de produtos agrícolas, e utilizam como

fonte de financiamento de suas atividades recursos do Crédito Rural (CONDETEC, 2011).

O Crédito Rural apresenta importância relevante, pois se caracteriza como uma forma de intervenção do Estado em um setor da economia, constituindo-se em uma política pública de atendimento aos produtores rurais que conseqüentemente traz contribuições para o fortalecimento da agricultura e conseqüentemente para a economia regional. Entretanto, se fazem necessários estudos para avaliar a relação dos recursos disponibilizados pelo Crédito Rural e os indicadores socioeconômicos que poderiam validar a eficácia da aplicação dos financiamentos concedidos aos produtores rurais e as cooperativas. Nessa linha emerge uma proposta de investigação para avaliar os impactos que o Crédito Rural, como política pública, está propiciando para o Território Cantuquiriguaçu-PR em termos de produção, emprego e renda, e assim verificar se há relação entre o volume de recursos do Crédito Rural e os indicadores socioeconômicos do Território Cantuquiriguaçu-PR.

Nos últimos anos diversos estudos foram realizados sobre o Crédito Rural no Brasil (MATTEI, 2005a; MATTEI *et al.*, 2007; BUENO, 2008; SILVA, 2009; SILVA, 2011) envolvendo a linha de crédito rural PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O predomínio desses estudos foi a avaliação do programa, como destaca Mattei (2005b) em seu levantamento sobre a produção acadêmica sobre o PRONAF. Nesses trabalhos avaliativos foi apontado que a referida linha de Crédito Rural proporcionava efeitos positivos sobre uma série de variáveis analisadas, principalmente as do setor produtivo (PIBs e produções agropecuárias).

Capobiango *et al.* (2012) em estudo mais abrangente sobre Crédito Rural na Microrregião de Pirapora (MG), faz referência a diversos trabalhos investigando os impactos dos recursos do Crédito Rural, que concluíram serem esses positivos sobre as variáveis analisadas. Capobiango *et al.* (2012) aponta que o Crédito Rural propiciou liquidez sobre a economia local exercendo influência sobre o PIB agropecuário, podendo expandir para os PIBs de outros setores. O autor constatou também que o Crédito Rural proporcionou efeitos positivos sobre setores comerciais e industriais

Nesse contexto, e buscando atender ao problema de pesquisa, o objetivo do trabalho é verificar os efeitos socioeconômicos, no território Cantuquiriguaçu-PR, produzidos através dos recursos disponibilizados pelo Crédito Rural, destinados ao financiamento de produtores rurais e cooperativas no período 2000 a 2010. Como hipótese desse estudo acredita-se que os recursos do Crédito Rural, disponibilizados aos produtores rurais e cooperativas propiciam efeitos positivos sobre as economias dos municípios do território da Cantuquiriguaçu-PR.

O presente artigo está estruturado em seções, iniciando-se pela introdução. Na sequência é apresentado o referencial teórico que sustenta a discussão dos resultados encontrados a partir de uma metodologia, demonstrada na seção 3. Os resultados são evidenciados na seção 4, sendo na sequência apresentada as conclusões.

2 FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS ECONÔMICAS

Os economistas neoclássicos influenciados principalmente por Alfred Marshall (1842-1924) defendiam o princípio do equilíbrio de mercado, no qual havia uma tendência de que oferta e demanda promovem o equilíbrio por conta própria.

Essa ideia era baseada no pressuposto de que as forças de mercado a pleno emprego equilibrariam a oferta e a procura de mão de obra, as variáveis da economia eram independentes de políticas monetárias e a quantidade de moeda afetava somente o nível geral de preços. Dessa forma acreditava-se que o *laissez faire* era a melhor solução para o desemprego e a política monetária era utilizada com cautela, pois a inflação era associada ao excesso de moeda na economia (PEREIRA, 2010).

Laissez faire foi uma expressão utilizada por Adam Smith (1723-1790), que queria dizer, deixe passar, deixe fazer, ou seja, Smith defendia a ideia em que o papel do Estado na economia era somente a proteção da sociedade, não intervindo nas leis de mercado. Esse pensamento sobre as leis de mercado somente veio a mudar no período conhecido como grande depressão na década de 1930, no qual uma grande crise econômica assolava a Europa e os Estados Unidos com altas taxas de desemprego, e as forças de mercado não deram conta do problema (VASCONCELLOS, 2008).

Nesse período, grande contribuição para a crise veio da “teoria geral de Keynes”, em que se mostrava que a utilização de políticas econômicas combinadas poderia tirar o mundo da recessão econômica. Essas políticas econômicas se mostraram eficientes nos anos seguintes, esse fato fez com que houvesse um desenvolvimento expressivo da teoria econômica, surgindo entre outros grupos, os monetaristas que defendiam a intervenção do Estado através do controle da moeda, e os fiscalistas que recomendavam a utilização de políticas fiscais na intervenção estatal (VASCONCELLOS, 2008).

Dessa forma o Estado utiliza instrumentos de políticas macroeconômicas para atuar em uma economia com o objetivo que esta opere a pleno emprego, com baixas taxas de inflação, com distribuição de renda justa, e tenha crescimento contínuo e sustentável. Os principais instrumentos macroeconômicos utilizados são as políticas fiscais, monetárias, cambial e de crédito e comercial (VASCONCELLOS, 2008). Nunes (2007) acrescenta que os principais instrumentos de políticas econômicas utilizadas pelo Estado para atuar na economia são: política de renda e política agrícola. Segundo o autor tais políticas tem influência direta sobre o setor agropecuário.

Segundo Muller (1988) as políticas agrícolas devem ser analisadas levando em consideração sua ligação com as políticas macroeconômicas e a competição entre forças sociais agrárias, industriais, comerciais e financeiras pelos fundos públicos. Assim, nota-se a que as políticas macroeconômicas são mecanismos utilizados por um determinado Estado para atuar em sua economia, com o intuito de sempre buscar uma melhora para sua população, seja econômica ou social.

Sendo assim as políticas agrícolas devem ser pensadas juntamente com as demais políticas públicas, dentre as principais aquelas que possuem mecanismos que afetam diretamente o setor. As políticas fiscais são exemplos desses mecanismos, que correspondem à utilização de políticas tributárias consistindo na arrecadação de tributos e atuando por meio da adoção de alíquotas de impostos para inibir ou estimular o setor privado, e políticas de gastos em que são controladas as despesas. Dependendo qual for a necessidade da economia, seja controle da inflação, aumento do emprego e crescimento econômico, os instrumentos fiscais são utilizados para se alcançar o objetivo desejado (VASCONCELLOS, 2008).

Quando o Estado atua na economia sobre a quantidade de moeda e títulos públicos ele está utilizando a política monetária, geralmente utilizando os seguintes

instrumentos: emissões de moeda, reservas compulsória (percentual sobre os depósitos que os bancos destinam ao Banco Central), compra e venda de títulos (*open market*), redescontos (empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais) e regulação sobre crédito e taxas de juros. Dessa forma essa política utiliza estoque monetário para atuar sobre a economia e com isso tentar controlá-la. O controle da economia é o objetivo da política fiscal e monetária, porém utilizam mecanismos diferentes para alcançá-lo. A política fiscal é mais eficiente que a monetária quando o objetivo é melhor distribuição de renda, mas vale ressaltar que a monetária pode ser implementada mais rapidamente (VASCONCELLOS, 2008).

A política cambial utiliza mecanismos para que o governo administre a taxa de câmbio e o controle de operações cambiais, dessa forma essa política atua mais diretamente sobre todas as variáveis ligadas as transações econômicas com o exterior (PASSOS; NOGAMI, 2011).

Com a política de crédito o governo atua sobre o controle e seleção de crédito através do Banco Central do Brasil (BACEN). Este utiliza como mecanismos de controle o volume e destino do crédito, das taxas de juros, fixação de limites e condições dos créditos (FORTUNA, 2007 *apud* SOUSA; PINHEIRO, 2012). A atuação do BACEN pode influenciar na dívida de todos os setores da economia e conseqüentemente afetar o crédito oferecido ao governo, empresas e unidades familiares (SOUSA; PINHEIRO, 2012).

Na política comercial o Estado utiliza instrumentos de incentivos às exportações e incentivo ou desestímulos às importações através de estímulos fiscais com crédito-prêmio do ICMS, IPI etc., e creditícios com taxas de juros subsidiadas às exportações e ao controle das importações via tarifas e barreiras quantitativas sobre importações. Nesse tipo de política cabe à execução aos Ministérios do Planejamento, Indústria e Comércio e Agricultura, apoiado pelo Ministério das Relações Exteriores (VASCONCELLOS, 2008).

Dentre os instrumentos de política macroeconômica, utilizados pelo estado para impulsionar a economia, estão aqueles voltadas para o setor agrícola. Nesse sentido as políticas devem ser pensadas através de políticas públicas que contribuam para a efetividade do referido setor.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO: O CASO DO CRÉDITO RURAL

O elemento chave que alavancou o processo de modernização da agricultura brasileira foi o “crédito rural” disponibilizado em nível nacional a partir da segunda metade da década de sessenta, ofertando crédito para custeio e investimento a juros subsidiados. O Crédito Rural no Brasil foi institucionalizado em 5 de novembro de 1965, através da Lei nº 4.829. No ano anterior havia sido criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), por meio da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que deu base para a institucionalização do Crédito Rural em 1965. Desta forma este instrumento tornou-se importante no incentivo à produção, investimento e comercialização agropecuária na época, e assim propiciando um impulso da economia brasileira (MARTINS, 2010).

O Sistema Nacional de Crédito Rural é controlado pelo Conselho Monetário Nacional. Este por sua vez tem a função de disciplinar o crédito rural, estabelecendo normas sobre avaliação, origem e dotação dos recursos a serem aplicados; diretrizes e instruções relacionadas com sua aplicação e controle; critérios seletivos

e de prioridade para sua distribuição; fixação e ampliação dos programas de Crédito Rural, abrangendo todas as formas de suplementação de recursos, inclusive refinanciamento. Dessa forma toda a política agrária relacionada ao Crédito Rural é implementada pelo Conselho Monetário Nacional e cabe ao BACEN dirigir, coordenar e fiscalizar o Crédito Rural (MARTINS, 2010).

Segundo dados do BACEN (2013) o Crédito Rural tem o objetivo de (i) estimular os investimentos rurais efetuados pelos produtores ou por suas cooperativas; (ii) favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; (iii) fortalecer o setor rural; incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada utilização dos recursos naturais; (iv) propiciar, pelo crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais; desenvolver atividades florestais e pesqueiras; e (v) estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra na agricultura familiar.

Assim, a finalidade do Crédito Rural é custear despesas de produtor rural (pessoa física ou jurídica), cooperativa de produtores rurais e pessoa física ou jurídica que exerça alguma atividade ligada ao meio rural. Trata-se de um instrumento que custeia despesas normais relacionadas ao ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa, exploração pecuária e beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários (BACEN, 2013).

Apesar dos benefícios gerados para a agricultura brasileira, esse processo acabou beneficiando produtores considerados grandes, deixando os pequenos à margem, gerando uma série de problemas como concentração fundiária, proletarização dos trabalhadores rurais e o êxodo rural (SILVA, 2003). Nas últimas quatro décadas no que tange à política agrícola três pontos merecem destaque: a) a política agrícola brasileira sempre foi dedicada em grande parte ao agronegócio; b) nas décadas de 1980 e 1990 as políticas agrícolas perderam importância dando lugar a políticas setoriais; c) a partir da década de 1990 começam a ser instituídas políticas públicas com foco na agricultura familiar (DENARDI, 2001).

O contexto supramencionado demonstra que a inserção do crédito rural afeta a economia, não só do setor em específico, mas repercute indiretamente na economia do país. Outrossim, a referida movimentação precisa ser acompanhada, para que possa se ter uma avaliação do cenário a partir da promoção do crédito rural no setor agrícola. Dentro desse propósito são necessários indicadores socioeconômicos que permitam o referido acompanhamento.

2.2 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

A partir da década de 1960 ocorrem tentativas mais sistemáticas de organização e acompanhamento das transformações sociais e avaliação, mediante medidas de capacidade, dos impactos das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. Entretanto, foi com a promulgação da Constituição de 1988 que ocorreu a descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios que fez com que aumentasse a demanda por informações sociais. Esta prática levou Estados e Municípios a utilizar uma série de indicadores

no planejamento e execução de políticas públicas. Esses instrumentos utilizados para medir os fenômenos sociais são conhecidos como indicadores sociais ou indicadores socioeconômicos (SOLIGO, 2012).

Sobre a definição de indicadores sociais, Jannuzzi (2002, p. 2) argumenta que correspondem a “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”.

Mendes (2002) afirma que indicadores econômicos são dados e/ou informações que indicam o comportamento individual ou integrado de diferentes variáveis e fenômenos que fazem parte de um sistema econômico de um país, estado ou região. O autor complementa dizendo que os indicadores econômicos são fundamentais para propiciar uma melhor compreensão da situação presente e das tendências de curto prazo de uma economia, auxiliando agentes públicos e privados no processo de tomada de decisão.

Paiva e Cunha (2008) apresentam e discutem em sua obra as variáveis econômicas mais utilizadas por analistas em avaliações de performance de países e regiões. Dentre os indicadores destacam-se: produção e produto (PIB e PIB *per capita*), nível de emprego e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os autores destacam que esses indicadores são os mais utilizados pelos economistas e sociólogos na avaliação do grau de desenvolvimento e qualidade de vida dos cidadãos em distintas sociedades nacionais, pois oferecem melhor clareza em suas interpretações.

A produção total de uma economia é denominada como PIB, sendo este o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional em um determinado período de tempo independente da nacionalidade de quem produziu e são valorados a preços de mercado (VASCONCELLOS, 2008). O PIB é o valor de mercado do fluxo de bens e serviços finais produzidos por uma economia durante um determinado período de tempo. O resultado entre a divisão do PIB nominal ou monetário com o número de população equivalente resulta no PIB *per capita* (MENDES, 2002).

Outro importante indicador utilizado em análises socioeconômicas é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1998 por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, com o objetivo de ser um indicador para medir de forma sintética e geral o desenvolvimento humano das nações. Este indicador passou a ser utilizado como um contraponto ao PIB *per capita*, que considerava apenas a questão econômica do desenvolvimento. O IDH, por sua vez, utiliza como parâmetro de medição de desenvolvimento de uma nação três dimensões: renda, saúde e educação (PNUD, 2013).

O IDH é um indicador socioeconômico cujo objetivo específico é monitorar o desenvolvimento humano, propiciando a população mais opções a ter uma vida mais longa e saudável, educação, acesso a recursos necessários para um melhor padrão de vida, igualdade entre gênero e garantias as gerações futuras, para que a humanidade disfrute de um bem estar (PASSOS; NOGAMI, 2011).

O IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) () ligado a Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil o IDH é utilizado por administradores públicos federais e regionais para acompanhar o desenvolvimento humano. Nos municípios o desenvolvimento é observado através do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que é

um ajuste do IDH. Esse indicador é construído através de dados coletados nos Censos Demográficos (PNUD, 2013).

O número de emprego é outro exemplo de variável econômica utilizada em avaliações de políticas públicas. Passos e Nogami (2011) utilizam o conceito de população ocupada, utilizada pelo IBGE, para definir emprego. Os autores compreendem população ocupada como aquela que exerce trabalho, remunerado ou não, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência da pesquisa, ou possui trabalho e está temporariamente afastado.

Jannuzzi (2002) relata que os indicadores podem ter vários tipos de divisão e utilização, e defende que a escolha de indicadores sociais depende muito de suas propriedades e finalidade a que se destinam. Dessa forma o autor complementa que para análise de políticas públicas a matriz de indicadores deve ser necessariamente complexa, pois são necessários diferentes indicadores para avaliar a implementação de programas e seus objetivos.

A contribuição dos indicadores socioeconômicos pode ser vislumbrada nas regiões que necessitam de um monitoramento mais atento, em virtude de necessidade de se alavancar o desenvolvimento regional ou mitigar as limitações oriundas de baixos indicadores, como IDH e PIB. Um exemplo, voltado para regiões agrícolas, estaria no território Cantuquiriguaçu no estado do Paraná.

2.3 TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU – PR

O Território da Cantuquiriguaçu está localizado no centro-oeste do estado do Paraná, possui uma população de 232.551 habitantes, representando 2,2% da população do estado, no qual 46% dos habitantes vivem na área rural (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2013). Composto por vinte e um (21) municípios, no território a agricultura familiar é predominante, com 82% dos estabelecimentos agropecuários familiares e 18% não familiares. Em relação ao Crédito Rural, os municípios do Território Cantuquiriguaçu receberam o montante aproximado de R\$ 161,9 milhões de reais no ano 2000. Em 2010 o total de recursos do Crédito Rural disponibilizados para o território chegou próximo a R\$ 449 milhões de reais.

Na soma dos recursos dos 21 municípios a variação entre 2000 e 2010 foi positiva em 177,22%. Já o Estado do Paraná diminuiu pela metade seu montante recebido (53,82%). Isso fez com que aumentasse a participação dos municípios do território no volume total de recursos recebido no Estado, que era de 3,47%, em 2000, passando para 20,8% em 2010, correspondendo a um aumento de 499,42%.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa se caracteriza como sendo descritiva, pois descreva os resultados decorrentes das relações entre uma série de variáveis. Caracteriza-se como quantitativa, pois foram utilizadas ferramentas estatísticas (Correlação e Regressões Lineares Simples) como subsídio para o alcance dos objetivos da pesquisa.

A coleta de dados da pesquisa utilizou-se de pesquisa documental. Foram analisados indicadores socioeconômicos relativos às três dimensões: produtiva, social e tributária referentes aos anos de 2000 e 2010. Com essas informações buscou-se captar os impactos do Crédito Rural, destinado ao financiamento de

produtores rurais e de cooperativas, nas diversas variáveis inseridas nas dimensões mencionadas.

Para relacionar as variáveis foram utilizados os métodos econométricos Regressão Linear Simples e Correlação da Amostra, realizados através do *software Gretl*, que permitiu estimar os coeficientes das variáveis nos anos 2000 e 2010 e posteriormente foi verificado se há relações entre as variáveis. Os estimadores dos coeficientes (β e R^2) são obtidos através das regressões por meio do método de mínimos quadrados ordinários (MQO) e são interpretados como a relação de cada unidade da variável independente (x) sobre a variável dependente (y). Em outras palavras buscou-se saber quanto de unidade monetária (R\$) aplicado no Crédito Rural relaciona-se com cada uma das variáveis das três dimensões consideradas (produtiva social e tributária) e o poder de explicação entre as mesmas.

A partir dos coeficientes obtidos com as regressões buscou-se analisar se a alocação de recursos do Crédito Rural influenciou as variáveis socioeconômicas do Território Cantuquiriguaçu-PR. Wooldridge (2012) diz que Regressão Linear Simples ($y = \beta_0 + \beta_1 x + \mu$) tem a finalidade de estudar a relação entre duas variáveis, ou seja, como Y varia com variações de X , ou ainda, o modelo tenta explicar Y em termos de X . Nesse modelo de regressão o coeficiente β representa qual é a relação entre as variáveis e o coeficiente R^2 indica quantos por cento a variável dependente é explicada pela variável independente. Se R^2 for igual a um significa que as variações da variável Y são 100% explicadas pelas variações da variável X , no contrário, quando R^2 for igual ao zero às variações de Y não são explicadas pelas variações de X .

A utilização da Correlação da Amostra teve o objetivo de mostrar a força existente entre as variáveis. Stock e Watson (2004) afirmam que a Correlação da Amostra mede a força da associação linear entre X e Y em uma amostra de determinadas observações, na qual essa força pode ser positiva ou negativa, variando de -1 a +1, sendo que quanto mais próximo de 1 (seja negativo ou positivo) mais forte é a correlação entre as variáveis.

Os dados foram coletados em dois períodos de tempo, 2000 e 2010. Um dos motivos para a utilização deste como o último ano é a publicação do PIB municipal, cuja última edição é do ano de 2010. Os dados relacionados ao montante de recursos do Crédito Rural encontram-se disponíveis no Anuário Estatístico do Crédito Rural disponibilizado pelo Banco Central. As informações utilizadas foram o montante de recursos do Crédito Rural de cada município do território nos anos de 2000 e 2010.

Na dimensão produtiva foram utilizadas quatro variáveis para relacionar com o Crédito Rural: PIB total municipal de cada município, PIB per capita, Valor Adicionado Bruto da agropecuária e a produção agropecuária. Os dados foram coletados junto às bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Na produção agropecuária foi considerado o volume de produção de quatro tipos de culturas: milho, soja, feijão e leite. Os dados foram obtidos através da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), que realiza as pesquisas anualmente.

Com relação à dimensão social foram utilizadas três variáveis: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), emprego formal total e emprego formal agrícola. O IDH-M é produzido pelo Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD, 2013), tendo sido utilizadas as publicações do IDH-M de 2000 e 2010. As variáveis emprego formal total e emprego formal agrícola foram utilizadas para se observar a dinâmica do trabalho no território nos anos de 2000 e 2010, e encontram-se nas bases de dados do IPARDES, baseadas nas informações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Na dimensão tributária foram utilizadas duas variáveis: Receita de transferências correntes da União e dos estados e Receita tributária municipal. Estas informações são disponibilizadas no relatório “Finanças do Brasil (FINBRA) – dados contábeis dos municípios”, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) vinculada ao Ministério da Fazenda. Em todas as variáveis foram utilizados os dados dos anos de 2000 e 2010.

Vale ressaltar que para uma melhor interpretação dos dados, no caso dos monetários, se faz necessário considerar a inflação que aconteceu no período, dessa forma foram corrigidos os dados do ano de 2000 para o ano de 2010. O método de correção é o mesmo utilizado por Bueno (2008) e consiste em utilizar o Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) medido e disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para essa correção. Dessa forma então os dados do ano 2000 foram corrigidos para o ano de 2010 que é o ano base da análise.

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa documental, extraídos da análise estatística dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir são apresentadas as análises da participação dos indicadores sócio econômicos nas dimensões produtiva, social e tributária, conforme referenciados na seção anterior, em que está explicada a metodologia.

Considerando-se 2000 e 2010 como um período e comparando a evolução ocorrida entre os dois anos, no que se refere ao PIB Total municipal dos municípios do território, o Estado apresentou um desempenho melhor que o território. A variação no período foi positiva em 44,53%, enquanto o território apresentou uma variação positiva de 29,02%. Um fato a ser ressaltado é a média dos municípios do território que sequer alcança a metade da média do Paraná. O PIB per capita alcançou uma variação positiva de 10,18% no período, enquanto no Estado esse percentual foi de 6,02%. Porém, é necessário destacar que o PIB per capita do estado corresponde a praticamente o dobro daquele do Território da Cantuquiriguaçu.

O Valor Adicionado Bruto da Agropecuária dos municípios do Território, apresentou um aumento de 14,50% comparando-se os períodos analisados. Esta evolução foi menor do que aquela apresentada pelo Estado, correspondente a 32,86% no período. Na produção de milho no Território Cantuquiriguaçu o aumento no período foi positivo em 3,17%, enquanto no Estado essa produção cresceu em 84,48%.

No caso da soja, o volume de produção dos municípios aumentou em 163,44% entre 2000 e 2010, enquanto o estado como um todo aumentou 96%. A produção de feijão nos municípios do Território obteve um incremento de 41,69% no mesmo período. No caso desta cultura o aumento na produção dos municípios do Território foi menor do que o registrado pelo Estado, equivalente a 60%. Por fim nessa dimensão, a produção de leite obteve o maior aumento na produção no

território dentre as culturas agropecuárias analisadas. O aumento na produção foi de 510,96%, enquanto no Estado o aumento foi de 99,84%.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano municipal IDH-M, quando comparada a média do Estado com a do Território, apresentou-se menor. Em 2000 as médias eram de 0,528 e 0,650 para o Território e Estado, respectivamente, enquanto no ano de 2010 passaram a ser de 0,662 e 0,749.

O indicador emprego formal no território, evidencia uma variação positiva de um período para o outro. O Território e o estado mostraram variações semelhantes, sendo que no Território esse indicador aumentou em 70,37% e no Estado o aumento foi de 68,57%. Em relação ao emprego formal da agropecuária, percebe-se um aumento dessa variável no território no período 2000-2010, que foi de 79,06%, ficando bem acima da variação apresentada no estado, que foi um aumento de 19,82%.

As receitas de transferências correntes da União e do Estado apresentaram uma evolução tanto nos municípios do território quanto no Estado como um todo. Nos municípios as transferências tiveram uma variação positiva de 61,06% no período, enquanto no Estado a variação positiva foi de 55,31%.

A receita tributária dos municípios do território obteve um aumento considerável, fato ocorrido da mesma forma com a receita total dos municípios do estado. Já a variação da receita tributária dos municípios do território foi bem maior. No período a variação positiva foi de 148,29% para os municípios do Território e 67,79% para o total de municípios do estado.

4.1 ANÁLISE DAS CORRELAÇÕES

Para efeito de análise será considerado o resultado zero como não existindo um relacionamento linear entre as duas variáveis. Acima de zero e 0.30 (positivo ou negativo) os resultados indicam uma correlação fraca. Entre 0.30 e 0.8 (positivo ou negativo) o resultado será uma correlação moderada. E acima de 0.80 a indicação é da existência de uma forte correlação. Por meio de uma correlação entre Crédito Rural e as variáveis de dimensões (produtiva, social e tributária), constatou-se uma correlação moderada, com índices abaixo de 0.80 ou 80%.

Na dimensão produtiva o PIB total municipal foi a única que apresentou correlação positiva forte, que foi no ano de 2000, 0,86, mas obteve uma diminuição de 24,24% nesse coeficiente no ano de 2010, passando para 0,65, sendo considerada moderada. Ainda na dimensão produtiva, vale destacar a produção de leite que obteve uma diminuição em seu coeficiente de correlação de 89,32%, passando de 0,52 em 2000 para 0,05 em 2010. Outro ponto a se observar nessa dimensão é o aumento de 582,82% no coeficiente de correlação da Produção Agropecuária de feijão, passando de 0,10 em 2000 para 0,72 em 2010, ou seja, o grau de correlação fraca passou para moderada. As demais variáveis da dimensão produtiva (Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Produção Agropecuária de milho e Produção Agropecuária de soja) mantiveram o grau de correlações moderadas nos dois períodos, em torno de 0,60 e 0,70.

Na dimensão social, o Emprego formal total apresentou uma diminuição de 17,94% no seu grau de correlação, passando de 0,67 em 2000 para 0,55 em 2010, sendo considerada uma correlação moderada. No Emprego formal agropecuário também ocorreu uma diminuição no grau de correlação (19,62%), passando de uma correlação forte de 0,90 no ano de 2000, para uma correlação mediana de 0,72 no

ano de 2010. Em relação ao IDH, este apresentou um coeficiente de correlação no ano de 2000 de 0,31 e de 0,23 no ano de 2010, sendo considerado um grau de correlação fraco.

Na dimensão tributária as duas variáveis estudadas apresentaram diminuição em seus coeficientes de correlação no período analisado. As receitas de transferências correntes da União e dos Estados apresentaram um grau de correlação moderado no período em análise (0,79 em 2000 e 0,70 em 2010), porém obtiveram uma diminuição de 10,47% entre os anos de 2000 e 2010. Na receita tributária municipal a correlação também é considerada moderada, porém a diminuição no grau de correlação foi maior, 21,31%, passando de 0,73 no ano de 2000 para 0,57 no ano de 2010.

Tabela 1 - Coeficientes de correlação entre o volume de recursos do Crédito Rural e as variáveis das dimensões produtiva, social e tributária do território Cantuquiriguaçu no ano 2000 e 2010

Variáveis	Recursos Crédito Rural 2000	Recursos Crédito Rural 2010	Varição das Correlações % 2000-2010
PIB total municipal	0,86721	0,65695	-24,24
PIB per capita	0,53731	0,59192	10,16
Valor Adicionado Bruto da Agropecuária	0,73780	0,70591	-4,32
Produção Agropecuária de milho	0,66425	0,70970	6,84
Produção Agropecuária de soja	0,66525	0,75843	14
Produção Agropecuária de feijão	0,10593	0,72336	582,82
Produção Agropecuária de leite	0,52346	0,05586	-89,32
IDH-M	0,31410	0,23063	-26,57
Emprego formal total	0,67613	0,55476	-17,94
Emprego formal agropecuário	0,90778	0,72906	-19,68
Receita de transferências correntes da União e dos estados	0,79117	0,70831	-10,47
Receita tributária municipal	0,73004	0,57444	-21,31

Fonte: Elaborada pelos autores

Em uma análise geral dos valores das correlações apresentados na Tabela 1, pode-se perceber que o grau de correlação das variáveis no ano de 2000 é maior que o de 2010 na maioria das variáveis. Isso fica evidente nas duas únicas correlações fortes existentes (PIB total municipal com 0,86 e Emprego formal agropecuário com 0,90), que são do ano de 2000. Portanto a maioria das variáveis apresentou um grau de correlação positiva moderada no período analisado. Sendo assim os coeficientes de correlação demonstram que o Crédito Rural tem influência positiva sobre cada variável das dimensões analisadas.

4.2 ANÁLISE DAS REGRESSÕES

A Tabela 2 traz os resultados obtidos pelas regressões, que medem o grau de relação (β) e de determinação (R^2) entre duas variáveis, no caso entre o Crédito Rural (variável independente) e cada variável das três dimensões apresentadas (variáveis dependentes), nos dois períodos propostos.

É necessário observar o nível de significância dessas inferências estatísticas, ou seja, o *Valor-p* precisa evidenciar 5% de significância. Quando dessa ocorrência, rejeita-se a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa de que o Crédito Rural tem relação com a variável considerada.

Na dimensão produtiva a grande parte dos coeficientes β foram significantes a 5%. No PIB Total Municipal o coeficiente de regressão indica que a cada mil reais disponibilizados no Crédito Rural houve uma tendência de aumento de R\$ 16.699,20 no ano de 2000, com um coeficiente de determinação de 75%. No ano de 2010 essa tendência foi de R\$ 4.997,61 com um coeficiente de determinação de 43%.

No PIB per capita os valores tiveram significância e a variação para cada mil reais financiados pelo Crédito Rural foi de aproximadamente R\$ 300,00 em 2000 com uma determinação de 28%. Em 2010 esse valor foi pouco expressivo. No Valor Adicionado Bruto da Agropecuária os coeficientes indicam que o resultado foi de R\$ 2.684,05 para cada um mil reais do crédito, com uma determinação de 54% no ano de 2000. No ano de 2010 a cada mil reais disponibilizados pelo Crédito Rural resultou em uma variação de R\$ 702,42 com uma determinação de 49% (tabela 2).

Na produção de milho os coeficientes obtidos mostram que um mil reais proporcionou uma variação de 2,1 toneladas do produto no ano de 2000, sendo que 44% é explicado pelo Crédito Rural enquanto em 2010 50% é a explicação com uma variação de 1,1 toneladas. A produção de soja no ano de 2000 foi de 1,4 toneladas para cada um mil reais de investimentos, sendo 44% explicado pelo Crédito Rural disponibilizado. Já no ano 2010, 0,944 toneladas foram geradas com um mil reais de crédito, dos quais 57% podem ser explicados por parte deste. A produção de feijão obteve um coeficiente β significativa a 5% somente no ano de 2010, quando a produção foi de 0,043 toneladas para cada um mil reais do Crédito Rural, sendo 53% dessa produção explicada pelo crédito. Na produção de leite o coeficiente teve significância somente no ano de 2000, quando um mil reais do Crédito Rural propiciou uma produção de 138,15 litros, com 27% dessa produção sendo explicada pelo Crédito Rural.

Na dimensão social (Tabela 2) a variável IDH-M não obteve coeficientes β significativa a 5% em nenhum ano. O emprego total do território obteve um coeficiente com significância a 5% e rendeu 0,079 vagas de emprego a cada um mil reais no ano de 2000. O Crédito Rural determinou 45% desse número, ou ainda a cada R\$ 100.000,00 de variação do Crédito Rural ocorreu uma variação de aproximadamente 8 vagas de emprego. Em 2010, um mil reais renderam 0,003 vagas, tendo explicação de 30% desse número por parte do crédito. Deve-se levar em consideração que esses valores são pouco expressivos. No emprego formal da agropecuária os coeficientes também foram significantes a 5%, porém a capacidade de gerar vagas de emprego também foi baixa (0,01 no ano de 2000 e 0,005 no ano de 2010). Uma variação de R\$ 100.000,00 no Crédito Rural no ano de 2000 levou a uma variação de 1 vaga de emprego. Já o poder de determinação dessa variável foi satisfatório, com 82% no ano de 2000 e 53% no ano de 2010.

Na dimensão tributária os coeficientes apresentados foram significativos nos dois períodos de análises. Nas receitas de transferências correntes da União e dos estados a cada um mil reais de Crédito Rural essas receitas variaram em R\$ 627,00 no ano de 2000, tendo 62% desse valor explicado pelo crédito. No ano de 2010 a variação foi de R\$ 346,00 sendo 50% do valor explicado pelo crédito. Nas receitas tributárias municipais os coeficientes indicaram que mil reais do Crédito Rural aumentaram R\$ 40,00 no ano de 2000 e R\$ 26,00 no ano de 2010. E o Crédito Rural, no caso dessas receitas, determinou 53% desse valor no primeiro período e 32% no segundo (Tabela 2).

Tabela 2 - Coeficientes estimados nas regressões entre o volume de recursos do Crédito Rural e as variáveis das dimensões produtiva, social e tributária do território Cantuquiriguaçu no ano 2000 e 2010

Variáveis dependentes	2000			2010		
	Coeficiente β	Coeficiente R^2	Valor-P	Coeficiente β	Coeficiente R^2	Valor-P
PIB total municipal	16,6992	0,75206	7,45e-07	4,99761	0,43158	0,0017
PIB per capita	0,00029	0,28870	0,0146	9,734e-05	0,35037	0,0060
Valor Adicionado Bruto da Agropecuária	2,68405	0,54435	0,0002	0,70242	0,49832	0,0005
Produção Agropecuária de milho	2,12615	0,44123	0,0014	1,17920	0,50367	0,0005
Produção Agropecuária de soja	1,48505	0,44256	0,0014	0,94477	0,57521	0,0001
Produção Agropecuária de feijão	0,02268	0,01122	0,6567	0,04357	0,52326	0,0003
Produção Agropecuária de leite	138,155	0,27401	0,0179	40,6323	0,00312	0,8150
IDH-M	1,983e-06	0,09866	0,1774	3,794e-07	0,05319	0,3279
Emprego formal total	0,07996	0,45715	0,0011	0,03671	0,30776	0,0111
Emprego formal agropecuário	0,01208	0,82407	3,26e-08	0,00575	0,53153	0,0003
Receita de transferências correntes da União e dos estados	0,62712	0,62595	3,27e-05	0,34681	0,50170	0,0005
Receita tributária municipal	0,04088	0,53296	0,0003	0,02662	0,32998	0,0081

Fonte: Elaborada pelos autores

De forma geral observa-se que o Crédito Rural obteve relação com a maioria das variáveis das três dimensões analisadas, pois apresentaram significâncias em grande parte dos valores e mostrou poder de determinação satisfatório. A exceção na referida análise, fica por conta do IDH-M, o qual não apresentou coeficientes com significância a 5% nos dois períodos analisados, não podendo então, afirmar relação com o Crédito Rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo verificar os efeitos socioeconômicos, no território Cantuquiriguaçu-PR, produzidos através dos recursos disponibilizados pelo Crédito Rural, destinados ao financiamento de produtores rurais e cooperativas no período 2000 e 2010.

No anseio de cumprir o objetivo do estudo, primeiramente foram identificados os principais indicadores que permitam verificar o efeito do Crédito Rural. Foram escolhidos doze indicadores, com base em Bueno (2008), os quais foram distribuídos em três dimensões: produção, tributária e social.

Na sequência do trabalho foi averiguado o montante de recursos do Crédito Rural disponibilizados aos agricultores e cooperativas do território Cantuquiriguaçu, sendo verificado que houve um aumento de 177,22% no volume entre 2000 e 2010. Enquanto isso no estado do Paraná ocorreu uma diminuição no montante de Crédito Rural acessado pelos produtores e cooperativas, o que aumentou a participação percentual do Território no total de recursos do Estado.

Com relação aos indicadores socioeconômicos nas três dimensões analisadas, observou-se uma evolução em todas as variáveis utilizadas. Na dimensão produtiva merecem destaque, dentre as variáveis analisadas, as

produções agropecuárias de soja, feijão e leite, sendo estas as que apresentaram maiores aumentos. A produção de leite foi a que apresentou melhor desempenho dentre as produções agropecuárias, com um aumento de 510,96% no período analisado.

Na dimensão social pode-se observar um aumento nas três variáveis, principalmente nas duas relacionadas ao emprego. O emprego formal agropecuário foi o que apresentou o maior acréscimo da dimensão, com 70,37% no período, sendo maior que o aumento observado no Estado do Paraná. Em relação a essa variável é importante ressaltar a informalidade que ocorre no setor, a qual pode acarretar uma variação na realidade dos referidos números, e a baixa participação desse tipo de emprego no emprego formal total.

Em relação à dimensão tributária, o comportamento foi semelhante ao das demais dimensões, apresentando uma evolução nas duas variáveis analisadas. As receitas de transferências correntes da União e do Estado apresentaram um aumento de 61,06% e nas receitas tributárias municipais o aumento foi de 148,29%. Caracterizando assim um aumento na arrecadação dos municípios do território.

Por fim, na verificação da relação entre o Crédito Rural e as dimensões estudadas foram realizados dois procedimentos estatísticos, verificando os coeficientes de correlação e regressão, mensurando força, relação e determinação do Crédito Rural sobre cada variável identificada. Nesse sentido, sobre essas inferências estatísticas, algumas considerações devem ser realizadas.

Em relação aos coeficientes de correlação vale ressaltar que não foi observado nenhum valor negativo. Logo todas as variáveis das três dimensões analisadas apresentaram coeficientes positivos, ou seja, as variáveis possuem associação linear entre si. Sendo que boa parte desses coeficientes de correlação encontrados se caracterizaram como sendo correlação moderada. Porém vale destacar que alguns coeficientes apresentaram correlação fraca, como foi o caso do IDH-M nos dois períodos, produção agropecuária de feijão no ano de 2000 e produção agropecuária de leite no ano de 2010.

Na dimensão produtiva as variáveis que se destacaram foram o PIB municipal, apresentando correlação forte no ano de 2000 e o valor adicionado bruto da agropecuária, apresentando correlação moderada, porém perto de ser considerada forte. Na dimensão social as variáveis apresentaram correlações moderadas nos dois períodos, sendo que a variável emprego formal agropecuário apresentou correlação forte no ano de 2000. Na dimensão tributária as duas variáveis analisadas apresentaram correlações moderadas.

No tocante aos coeficientes β produzidos pelas regressões, estes apresentaram, na sua grande maioria, níveis de significância abaixo de 0,05, ou seja, os coeficientes são significantes a 5%, ou ainda, as variáveis sofrem relação do Crédito Rural em um nível de significância satisfatório. Porém deve-se registrar que apesar da significância, em algumas variáveis os valores indicam relações pouco expressivos (PIB per capita, Emprego formal total, Emprego formal agropecuário e Receita tributária municipal). Enquanto isso, no mesmo sentido, variáveis como PIB total municipal e as produções agropecuárias apresentaram impacto expressivo.

As variáveis que apresentaram coeficientes não significativos (valor-p maior que 0,05) foram PIB per capita e Produção agropecuária de feijão no ano de 2000, Produção agropecuária de leite no ano de 2010 e o IDH-M nos dois períodos. A respeito desta última variável, o IDH-M dos municípios do território foi a única que apresentou coeficientes não significativos nos dois períodos.

Os coeficientes R^2 , que indicam o quanto da variável dependente é explicada pela variável independente, se mostraram satisfatórios em grande parte das variáveis. O poder de determinação do Crédito Rural ficou entre 40% e 50% na maioria das variáveis. Vale destacar aqui, por exemplo, a variável PIB total municipal no ano de 2000, que além de ter coeficiente de correlação forte, obteve um coeficiente de determinação ou explicação alto. Ou seja, o Crédito Rural pode explicar 75% do PIB municipal do território. O emprego formal agropecuário também apresentou esse acontecimento, além de um coeficiente de correlação forte, ele é explicado em 82% pelo Crédito Rural.

Sendo assim, diante do que foi exposto, através das ferramentas utilizadas, pode-se afirmar que o objetivo do trabalho foi alcançado com êxito. Nesse sentido o Crédito Rural mostra-se imprescindível para a economia dos municípios do território Cantuquiriguaçu, pois os efeitos por ele causados são positivos, confirmando a hipótese testada de que o Crédito Rural ou suas linhas de atuação impactam sobre as variáveis analisadas, em suas três dimensões. Os resultados desta pesquisa estão alinhados ao que estudos anteriores apontam (MATTEI 2005a; MATTEI *et al.*, 2007; BUENO, 2008; SILVA, 2009; SILVA, 2011; CAPOBIANGO *et al.*, 2012), ou seja, o Crédito Rural proporcionou efeitos positivos sobre grande parte das variáveis, em especial na dimensão produtiva.

Sendo assim, essa forma de intervenção do Estado na economia através das funções que lhe cabe, é válida, pois a partir do Crédito Rural muitos agricultores ou organizações relacionadas, ampliam suas oportunidades de produzir e gerar suas rendas. Dessa forma, o fornecimento de Crédito Rural faz com que as economias locais, melhorem os indicadores socioeconômicos. Porém, essa política pública não é suficiente para diminuir os indicadores de desigualdade social, pois como foi evidenciado nesse estudo, o PIB per capita e o IDH-M dos municípios do território são baixos quando comparados com os resultados do Estado do Paraná, caracterizando o baixo desenvolvimento da região.

Cabe ao Estado formular e executar políticas públicas que venham combater esse baixo desenvolvimento humano apresentado. Políticas públicas que estimulem a agricultura familiar agregar valor à sua produção, fazendo com que os municípios do território alcancem resultados econômicos e sociais melhores e maior qualidade de vida para a população.

Assim, este estudo auxiliou na compreensão da atuação do Crédito Rural como forma de política pública em uma região de forte dependência do setor agropecuário e que apresenta baixo desenvolvimento econômico. Lacunas foram observadas a partir desta pesquisa e novas discussões poderão ser realizadas a partir destes resultados, principalmente, em pesquisas realizadas diretamente com os agricultores. Nesse sentido uma análise distinguindo os resultados do Crédito Rural especificamente para os estabelecimentos da agricultura familiar são uma demanda de pesquisa a ser contemplada em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**, 2008, disponível em: <www.bcb.gov.br>, acesso em 25 de mai. de 2013.

_____. **Objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial e impacto fiscal de suas operações.** 2007. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 04/08/2013.

_____. **Crédito rural.** Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/?CREDITO RURALFAQ](http://www.bcb.gov.br/?CREDITO_RURALFAQ)>. Acesso em: 30/11/2013.

BARBOSA, Gabriel José; COUTO, Ebenezer Pereira. **Evolução das políticas agrícolas e o incentivo à iniciativa privada na agricultura brasileira.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) XLVI congresso da SOBER, Rio Branco-AC, 2008.

BUENO, Luciano Ribeiro. **Avaliação socioeconômica do PRONAF no estado do Paraná,** Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2008.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira, et al. Análise do impacto econômico do crédito rural na microrregião de Pirapora. **Revista da Sober- RESR,** Piracicaba-SP, v. 50, n. 4, p. 631-644, Out/Dez 2012.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA CANTUQUIRIGUAÇU (CONDETEC). **Território Cantuquiriguaçu Paraná:** Plano Safra territorial 2010/2013. 2011.

DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas:** alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, 2001.

ESALQ/USP - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB Agropecuário.** Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 15/11/2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas.** Rio de Janeiro, 2002.

LIMA, Simone Angelo de. **Financiamento agropecuário no Brasil:** A influência dos riscos na obtenção de crédito rural. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MARTINS, Alberto André Barreto. Crédito rural – **Evolução histórica, aspectos jurídicos e papel do conselho monetário nacional e do Banco Central do Brasil.** In: **Âmbito Jurídico,** Rio Grande, XIII, n. 73, 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?_n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7156>. Acesso em: 21/11/2013.

MATTEI, Lauro Francisco. **Análise de indicadores de impactos do PRONAF em 100 municípios com maior volume de Crédito Rural contratado no período entre 2001 e 2004.** Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA Secretariada Agricultura Familiar– SAF, Florianópolis-SC, 2005a.

_____**Produção acadêmica sobre o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar.** Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2005b.

_____**Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) XLV congresso da SOBER, Londrina-PR, 2007.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia empresarial.** Faculdades Bom Jesus, Curitiba, 2002.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013**, 2013. Disponível em: <www.mda.com.br>. Acesso em: 18/10/2013.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação de Commodities**, 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 04/08/2013.

MULLER, Geraldo. **Política econômica e política agrícola: a luta sócio política por uma política agrícola autônoma**, Brasília, 1988.

NUNES, Sidemar Presotto. **Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil.** Boletim eletrônico, DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, 2007 nº 159. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf>> Acesso em: 26/06/2013.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. **Noções de economia**, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia.** 5. ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2011.

PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTAL BRASIL. **Crédito rural**, Economia e Emprego, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/credito-rural>>. Acesso em: 18/11/2013.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, **Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/>>. Acesso em: 13/06/2013.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos de Economia.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Sandro Pereira. **Impactos econômicos do PRONAF em territórios rurais: um estudo para o médio Jequitinhonha – MG**, 2009.

_____. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial**, Cadernos Gestão Pública e Cidadania. São Paulo, 2011.

SOLIGO, Valdecir. **Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais**. São Paulo, 2012.

SOUSA, Katsuk Rodrigues; PINHEIRO, Valéria Feitosa. **A política de crédito do governo Lula, no período de 2003 a 2010**. II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento – CEURCA, Universidade Regional do Cariri-URCA, Ceará, 2012.

STOCK, James H.; WATSON, Mark W. **Econometria**, São Paulo: Addison Wesley, 2004.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Cantuquiriguaçu – PR**, 2013. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 02/08/2013.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DO PARANÁ. **Cantuquiriguaçu**, 2013. Disponível em: <http://www.ingrupochp.com.br/territoriosdacidadania/cantu_informativo.aspx>. Acesso em: 03/08/2013.

WAGNER, Saionara Araújo; GIASON, Elvio; MIGUEL, Lavois de Andrade; MACHADO, João Armando Dessimon, **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola, Elementos do processo de tomada de decisão**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 69-78.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução a econometria: uma abordagem moderna**. 4. ed. São Paulo: Editora Cengage Learning. 2012.